

CENTRO SOCIAL PAROQUIAL DE MONSUL

MONSUL – POVOA DE LANHOSO

NIPC: 503529320

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2019

Monsul, março. 2020

CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL DE MONSUL

Monsul - Póvoa de Lanhoso

NIPC: 503 529 320

ORGÃOS SOCIAIS

QUADRIÉNIO DE 30-03-2017 A 30-03-2021

DIREÇÃO

Presidente – P.e António Rafael Moreira Poças;

Vice-Presidente – José Manuel da Silva Tinoco;

1º Secretário – Ângela Maria Ferreira Morais;

2ª Secretária: Marcos André Faria da Silva

Tesoureiro – Basílio Manuel da Silva.

CONSELHO FISCAL

Presidente – Isabel Coelho Barroso;

Vogais – Daniel Joaquim Coelho Barroso e João Filipe Matos Gomes.

Pela Cúria Arquiepiscopal foi designado Órgão de Vigilância o Padre Armindo Ribeiro Gonçalves.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS

Exercício de 2019

(NIPC: 503 529 320)

Em cumprimento das suas atribuições, vem a Direção do Centro Social e Paroquial de Monsul apresentar o Relatório de Atividades e Contas da Direção do período de 2019:

1. Envolvente

Relativamente à economia europeia, esta registou em 2019 o seu sétimo ano consecutivo de crescimento, seguindo, contudo, a tendência registada em 2018 de um crescimento mais moderado. Como explicações para este abrandamento destacam-se, maioritariamente, as estratégias de corte das taxas de juro aplicadas pelos vários Bancos Centrais, incluindo a FED e o BCE, para apoiar as respetivas economias, numa altura em que a economia mundial em geral balança próxima de uma recessão.

Nos últimos anos o País registou crescimento e recuperação económica dentro de um clima social de alguma acalmia. Essencialmente, Portugal reconquistou a confiança das instituições, em especial dos grandes fundos de investidores. No entanto a situação global de País continua frágil, devido à enorme dívida externa que condiciona a nossa economia.

O desemprego está em nível da média da UE, mas muito sujeito a trabalho precário.

As instituições de solidariedade social continuam a ser indispensáveis na compensação social das situações que o Estado, pela sua estrutura pesada, não pode solucionar. Estas instituições têm contribuído de forma exemplar para a redução das carências primárias que ainda assolam o País. Neste contexto as IPSS continuam a desempenhar um papel importante, no apoio diário a todas as pessoas que, por razões de abandono, de velhice, de desemprego, de doença e outras, necessitam de auxílio.

2. Atividades

Em 2019, o Centro Social e Paroquial de Monsul manteve a sua atividade centrada no apoio domiciliário. A média de utentes continua a ser de 30. Adicionalmente, teve em vigor em 2017 um protocolo com a Segurança Social, garantindo a instalação e funcionamento de uma "cantina social", no âmbito do Programa de Emergência Alimentar. Esta cantina assegurou refeições condignas a elevado número de utentes em dificuldades. O subsídio recebido da Segurança Social foi de 2,50€ por refeição. O programa continuou no ano de 2019, sendo que está prevista a sua conclusão em julho de 2020.

Animação e saúde: O Centro Social promoveu em 2019 várias atividades lúdicas e religiosas, de apoio à saúde dos utentes, das quais podemos destacar: passeios guiados a locais de interesse religioso e outros. Assegurou-se a continuidade das aulas semanais de ginástica e fisioterapia, para o que este Centro Social continua a contar com a preciosa ajuda da Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso. O Centro mantém um serviço gratuito de enfermagem ao domicílio, com o objetivo de responder de imediato aos pedidos de apoio dos utentes, de baixa gravidade, ou quando não podem deslocar-se ao Centro de Saúde ou ao hospital. O Centro levou ainda a efeito outras atividades lúdicas, a saber: ginástica geriátrica, trabalhos manuais.

3. Formação

Durante o ano de 2019 este Centro Social realizou ações de formação de 50 horas para todas as colaboradoras da instituição - cursos de "Deontologia e Ética Profissional no Apoio à Comunidade" e Prestação de Cuidados Básicos de saúde. Estas ações foram levadas a efeito em parceria com a Câmara Municipal da Póvoa de Lanhoso e responsabilidade técnica da empresa de formação "Saber Mais".

Formação - Projeto POISE:

Em 20 de abril de 2015, o Centro Social de Monsul estabeleceu com a empresa "CheckList - Global Management Solutions, Lda." um protocolo de colaboração no âmbito da Formação Profissional, em que o CSP de Monsul assumiria a posição e responsabilidades de entidade promotora, cabendo à "CheckList" a responsabilidade de formadora ou seja assumiu integralmente a execução dos projetos formativos na sua vertente

pedagógica, assegurando de forma transversal todas as tarefas inerentes ao processo e garantindo a conformidade de todos os dossiers.

No âmbito deste acordo, durante os anos de 2018/19 o CSP de Monsul, em parceria com a CheckList promoveu ações de formação para a comunidade, em que o público-alvo foram pessoas desempregadas de longa duração e reformadas por invalidez, tendo por objetivo primordial a inserção social e combate ao isolamento (Projeto POISE-03-4230-FSE-000277). Por ofício de 10-05-2018 foi aprovada a candidatura. A primeira ação decorreu entre julho e setembro de 2018. O programa foi concluído em 2019, ficando as contas devidamente saldadas. Deste Programa resultou um rendimento, pela cedência de espaços, que veio ajudar ao equilíbrio das contas.

4. Investimentos

Em 2019 este Centro Social investiu apenas € 2.022,12 em equipamentos básicos.

5. Evolução de gastos, rendimentos e resultados

Os serviços prestados (matrículas e mensalidades dos utentes e outros serviços) atingiram o montante de € 38.005,50, contra € 44.647,00 no ano transacto, pelo que se registou uma quebra global de 15%. Note-se porém esta quebra resultou em grande parte do facto de em 2018 terem sido faturados serviços e almoços prestados ao Município da Póvoa de Lanhoso e à União de freguesias de Fontarcada e Oliveira (Programa de férias ativas e Programa da União de Freguesias em movimento) no montante de 3.654,00 euros, receita essa que não se repetiu em 2019. Assim, a quebra verificada nas mensalidades dos utentes em 2019 foi efetivamente de 6,6%.

Da Segurança Social foram recebidos subsídios no montante de € 92.032,32, contra 95.310,50 euros em 2018, logo, houve um decréscimo de 3,4%. Os subsídios foram assim distribuídos: subsídio à valência de Apoio Domiciliário – 88.977,32 euros; subsídio à Cantina Social (Programa de Emergência Alimentar) – € 3.055,00. Do Banco Alimentar e outros, foram recebidos géneros alimentares, doações essas avaliadas em 1.145,35 euros. Outros rendimentos: cedência de espaços para formação - 3.805,00 euros; donativos diversos- 1.600 euros; outros rendimentos - 985,35 eur. Houve um rendimento extraordinário de 10.000,00 euros resultante da alienação de um terreno com uma casa velha, que havia sido doado a este Centro Social.

Os gastos com pessoal atingiram € 75.734,22 contra € 72.031,05 em 2018. Os fornecimentos e serviços externos atingiram o montante de 33.566,16€, contra 43.297,42 € suportados no ano anterior. Verificaram-se assim substanciais poupanças em diversas rubricas.

Resultados: O exercício de 2019 encerrou com excedente de 1.887,11 euros. Este excedente só foi possível graças à atrás referida alienação de terreno; de contrário teria de suportar elevadas perdas.

6. Evolução da situação financeira

Em resultado do montante elevado das perdas sofridas em 2018, os principais índices apontam ainda para uma situação financeira descompensada. Destacam-se os seguintes indicadores: autonomia financeira – 44% (em 2018 era de 22%); liquidez geral – 117%; solvabilidade – 79%, contra 28% em 2018.

7. Proposta de aplicação do resultado líquido do período:

O exercício de 2019 encerrou com excedente no montante de € 1.887,11 euros. A Direção propõe que este resultado transite a crédito da conta de resultados transitados.

8. Perspetivas para 2020

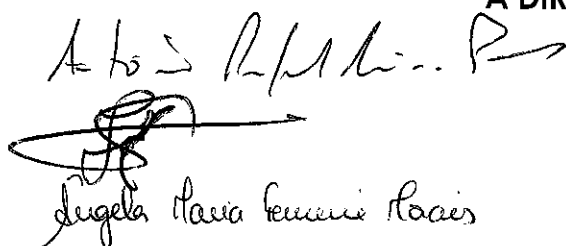
Face à continuada redução dos apoios à atividade, a Direção tenta por todos os meios obter receitas extra e reduzir gastos no sentido de reequilibrar as contas. A Direção tomou já medidas fortes no tocante aos consumos de géneros alimentares e materiais de limpeza, áreas onde foi já possível obter redução relevante de gastos. Também vão ser revistas as rubricas de gastos com honorários e trabalhos especializados. No entanto é convicção da Direção que a solução deverá passar, antes de mais, por um ajustamento razoável nas participações a receber da Segurança Social.

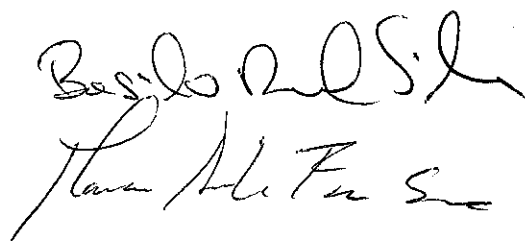
Desde 2018 a Direção está a negociar com a C.M. da Póvoa de Lanhoso a viabilidade de alargamento do espaço utilizável da sede social, com vista a conseguir alargar o acordo de cooperação com a Segurança Social para 40 utentes, em vez dos atuais trinta.

A chegada da Pandemia do "covid-19" veio colocar com maior acuidade questões de sobrevivência de muitas pequenas unidades, e não só. O enorme impacto das consequências económicas vai certamente sentir-se no emprego (ou na falta dele). Mais uma vez as IPSS serão chamadas a cumprir a sua missão. Haja o indispensável apoio por parte do Governo.

Monsul, 06 de abril de 2019

A DIREÇÃO


Jorgeta Maria Ferreira Soares


Paulo Almeida

Centro Social e Paroquial de Monsul

NIPC: 503 529 320

Demonstração Individual dos Resultados**Período findo em 31 de Dezembro de 2019**

Unidade monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	9	38.005,50	44.647,00
Subsídios, doações e legados à exploração	10	93.177,67	136.017,13
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	(29.871,00)	(36.718,06)
Fornecimentos e serviços externos	18	(33.566,16)	(43.297,42)
Gastos com o pessoal	19	(75.734,22)	(72.031,05)
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Outros rendimentos	20	16.390,35	4.977,25
Outros gastos	21	(2.132,14)	(39.715,90)
Resultado antes de depreciações, gastos financiamentos e impostos (EBITDA)		6.270,00	(6.121,05)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	(4.382,89)	(4.825,54)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos financiamento e impostos) (EBIT)		1.887,11	(10.946,59)
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos (EBT)		1.887,11	(10.946,59)
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.887,11	(10.946,59)
Cash-flow		6.270,00	(6.121,05)

Póvoa de Lanhoso, 9 de março de 2020

A DIREÇÃO

Contabilista Certificado

A. T. ...
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]
[Assinatura]

Centro Social e Paroquial de Monsul
Balço Individual em 31 de Dezembro de 2019

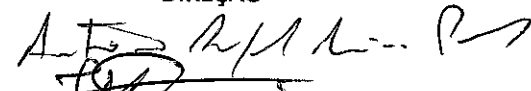
NIPC: 503 529 320

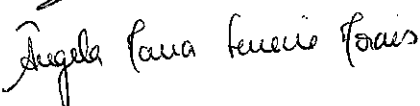
Unidade monetária: Euro

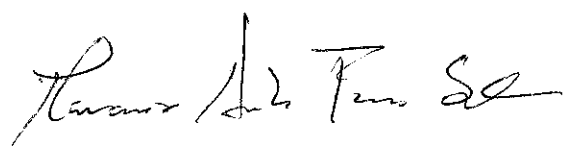
RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-19	31-dez-18
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	12.086,46	24.760,68
Investimentos financeiros	6	544,47	404,88
Créditos a receber		0,00	0,00
Outros créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
Total Ativo não corrente		12.630,93	25.165,56
Ativo corrente			
Inventários	8	0,00	316,22
Créditos a receber / Utentes	13 / 14	2.495,00	2.535,00
Estado e outros entes públicos	17	0,00	1.977,27
Outras contas a receber	14	1.069,20	71.554,97
Diferimentos	15	714,31	643,89
Outros ativos financeiros	14	0,00	114,69
Caixa e depósitos bancários	4	19.889,86	11.392,94
Total Ativo corrente		24.168,37	88.534,98
Total do Ativo		36.799,30	113.700,54
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	2.379,27	2.379,27
Reservas	12	18.000,00	18.000,00
Resultados transitados	12	-6.052,08	4.894,51
Excedentes de revalorização	7	0,00	10.368,92
Ajustamentos e outras variações nos fundos patrimoniais	11 / 12	0,00	359,28
Resultado líquido do período	12	1.887,11	-10.946,59
Total de Fundos Patrimoniais		16.214,30	25.055,39
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
Total Passivo não corrente		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores	14	3.245,79	9.414,55
Adiantamento de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	17	1.429,80	1.526,55
Outras contas a pagar	14 / 16	15.756,75	37.032,90
Diferimentos	15	152,66	40.671,15
Outros passivos correntes	14	0,00	0,00
Total Passivo corrente		20.585,00	88.645,15
Total do Passivo		20.585,00	88.645,15
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		36.799,30	113.700,54

Póvoa de Lanhoso, 9 de março de 2020

DIREÇÃO

× 
 × 

× 
 ×

× 

CONTABILISTA CERTIFICADO



Centro Social e Paroquial de Monsul

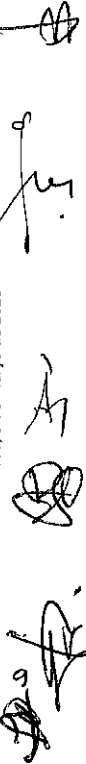
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NOS PERÍODOS DE 2019 E DE 2018

NIPC: 503 529 320

Unidade monetária: Euro

DESCRÇÃO	NOTAS											Total do Capital Próprio
	51	52	53	54	55	56	58	59	81			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(9)	(10)	(11)		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	1	2.379,27	0,00	0,00	0,00	18.000,00	4.512,22	10.368,92	1.359,28	382,29	37.001,98	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											0,00	
Alteração de políticas contabilísticas											0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00	
Realização de excedente de revalorização											0,00	
Excedentes revalorização											0,00	
Ajustamentos por impostos diferidos											0,00	
Subsídios ao investimento											0,00	
Aplicação do resultado líquido do período 2017											0,00	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio							382,29		(1.000,00)	(382,29)	(1.000,00)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2018	2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	382,29	0,00	(1.000,00)		0,00	
RESULTADO INTEGRAL	3						382,29	0,00			0,00	
4 = 2 + 3												
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos											0,00	
Realizações de prémios de emissão											0,00	
Distribuições											0,00	
Subsídios, Doações e Legados											0,00	
Outras operações											0,00	
5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
1 + 2 + 3 + 5		2.379,27	0,00	0,00	0,00	18.000,00	4.894,51	10.368,92	359,28	(10.946,59)	25.055,39	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019	6	2.379,27	0,00	0,00	0,00	18.000,00	4.894,51	10.368,92	359,28	(10.946,59)	25.055,39	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adopção de novo referencial contabilístico							0,00				0,00	
Alteração de políticas contabilísticas									0,00		0,00	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											0,00	
Realização de excedente de revalorização											0,00	
Excedentes revalorização								0,00			(10.368,92)	
Ajustamentos por impostos diferidos											0,00	
Subsídios ao investimento											0,00	
Aplicação do resultado líquido do período 2018							(10.946,59)				0,00	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			0,00		0,00	0,00	0,00		(359,28)	10.946,59	(359,28)	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 2019	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(10.946,59)	(10.368,92)	(359,28)	10.946,59	(10.728,20)	
RESULTADO INTEGRAL	8						(10.946,59)	(10.368,92)		1.887,11	1.887,11	
9 = 7 + 8						0,00	(10.946,59)	(10.368,92)	(359,28)	12.833,70	(8.841,09)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos		0,00									0,00	
Realizações de prémios de emissão				0,00							0,00	
Distribuições										0,00	0,00	
Subsídios, Doações e Legados											0,00	
Outras operações			0,00								0,00	
10		0,00	0,00				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
5 + 7 + 8 + 10		2.379,27	0,00	0,00	0,00	18.000,00	(6.052,08)	0,00	0,00	1.887,11	16.214,30	

Póvoa de Lanhoso, 9 de março de 2020



Contabilista Certificado

Centro Social e Paroquial de Monsul

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa em 31 de Dezembro

Período findo em 31 de Dezembro de 2019

NIPC: 503 529 320

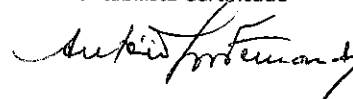
Unidade monetária: Euro

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-19	31-dez-18
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		41.850,50	87.768,15
Pagamentos a fornecedores		(69.747,96)	(72.772,96)
Pagamentos ao pessoal		(75.900,76)	(67.524,80)
Caixa gerado pelas operações		(103.798,22)	(52.529,61)
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos / pagamentos		112.434,73	43.879,98
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		8.636,51	(8.649,63)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	6	(139,59)	(404,88)
Outros Ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros Ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	10	0,00	1.000,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(139,59)	595,12
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		8.496,92	(8.054,51)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		11.392,94	19.447,45
Caixa e seus equivalentes no fim do período		19.889,86	11.392,94

Póvoa de Lanhoso, 9 de março de 2020

A DIREÇÃO

Contabilista Certificado



1 IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

- 1.1 Designação da Entidade: Centro Social e Paroquial de Monsul
- 1.2 Sede: Igreja de Monsul, 4830-416 Póvoa de Lanhoso
- 1.3 Número Fiscal da Entidade: 503 529 320
- 1.4 Atividade principal: ACT. APOIO SOCIAL PARA PESSOAS IDOSAS, SEM ALOJAMENTO (CAE: 88101).
- 1.5 Durante o período o número médio de empregados ao serviço foi de 7.
- 1.6 Sempre que não existia outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**2.1 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que integra as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE).

As normas do Sistema de Normalização Contabilística, incluem os seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de julho (Estrutura Conceptual);
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo - NCRF-ESNL);
- Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho (Normas Interpretativas do Sistema de Normalização Contabilística);
- Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (Código de Contas)

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respectivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do activo, do passivo e dos resultados da entidade:

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que impliquem a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

O conteúdo das contas das demonstrações financeiras é comparável com o do ano anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS**BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, de acordo com as normas para o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), no princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados e ativos financeiros disponíveis para venda, exceto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, o qual está de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas de imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas relacionadas com a aquisição e todas as despesas indispensáveis para colocar o ativo em condições de utilização e pronto para uso.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Dado que o órgão de gestão não possui uma estimativa fiável do valor residual dos ativos, foi considerado valor nulo para efeitos de depreciações e amortizações dos ativos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos" ou "Outros gastos".

Investimentos financeiros – outras entidades

Os investimentos financeiros em outras entidades são registados pelo método de justo valor (se fiável) ou o modelo do custo em alternativa.

Classificação de ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 - Instrumentos financeiros. Nesta categoria incluem-se, consequentemente, o seguintes ativos e passivos financeiros:

a) **Clientes e outras dívidas de terceiros:** os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são reconhecidos ao custo deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) **Caixa e depósitos bancários:** os montantes incluídos na rubrica de "caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Estes ativos são mensurados ao custo.

c) **Fornecedores e outras dívidas a terceiros:** os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são reconhecidos ao custo.

d) **Financiamentos obtidos:** Os empréstimos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido. Os encargos financeiros, apurados de acordo com a taxa de juro efetiva, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com o regime de acréscimo (ou no ativo, caso estejam associados a ativos que se qualificam).

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com as vendas.

Subsídios e apoios de entidades públicas

Os subsídios e apoios de entidades públicas são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que se cumprirá com todas as condições para o receber.

Os subsídios relacionados com ativos, inicialmente reconhecidos no capital próprio, são imputados à demonstração dos resultados (rendimentos) de cada período, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Benefícios de empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídios de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo. De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Periodização Económica

Os gastos e rendimentos são registados de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), pelo que são reconhecidos à medida em que são gerados independentemente do momento do recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são reconhecidas nas rubricas de devedores e credores por acréscimos e diferimentos.

Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam acontecimentos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas para o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL), adotaram-se pressupostos e estimativas que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou em resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- (a) Estimativa de férias e subsídio de férias de 2019, a pagar em 2020;
- (b) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e dos ativos intangíveis;
- (c) Análises de imparidades, nomeadamente de contas a receber;
- (d) Análise da necessidade de reconhecimento de provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados, de forma prospectiva.

Materialidade e agregação

A materialidade depende da dimensão e da natureza da omissão ou do erro, ajuizados nas circunstâncias que os rodeiam. Considera-se que as omissões ou declarações incorretas de itens são materialmente relevantes se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes das demonstrações financeiras. Um item que não seja materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada na face das demonstrações financeiras pode, porém, ser materialmente relevante para que seja apresentado separadamente nas notas do presente anexo.

Compensação

Os ativos e os passivos, e os rendimentos e os gastos, foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento. Os ganhos e perdas provenientes de um grupo de transações semelhantes são relatados numa base líquida, por exemplo, ganhos e perdas de diferenças cambiais ou ganhos e perdas provenientes de instrumentos financeiros detidos para negociação. Estes ganhos e perdas são relatados separadamente se forem materialmente relevantes.

Informação comparativa

As políticas contabilísticas e as bases de mensuração adotadas a 31 de dezembro de 2019 são comparáveis com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018. A comparabilidade da informação inter-períodos é continuamente objeto de aperfeiçoamento com o intuito de ser cada vez mais um instrumento de ajuda aos utentes, permitindo-lhes tomar decisões económicas e avaliar as tendências na informação financeira para finalidades de previsão.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Os saldos de caixa e seus equivalentes detalha-se a seguir:

		31-12-2019		31-12-2018	
		Quantias disponíveis	Quantias indisponíveis	Totais	Totais
Caixa	Numerário (a)	162,93		162,93	858,85
	Numerário em moeda estrangeira	0,00		0,00	0,00
	Subtotais	162,93	0,00	162,93	858,85
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	19.726,93		19.726,93	10.534,09
	Outros depósitos bancários	0,00		0,00	0,00
	Subtotais	19.726,93	0,00	19.726,93	10.534,09
	Totais	19.889,86	0,00	19.889,86	11.392,94

(a) Inclui valores recebidos, cujo depósito foi efetuado no mês de Janeiro

5 COMPARABILIDADE

Relativamente ao período anterior (2018) verifica-se que alguns valores registados em 2018 não são comparáveis com os correspondentes valores de 2019. Entre um período e outro ocorreram operações relacionadas com a execução de uma ação de formação profissional, no quadro do Programa "Portugal 2020- Projeto POISE", sendo que esta entidade participou como parceira promotora, cabendo à empresa "CheckList" as funções e responsabilidades de formadora. Por concessão do próprio programa, a entidade promotora não obteve qualquer ganho nem sofreu qualquer perda como resultado da promoção da formação.

6 INVESTIMENTOS FINANCEIROS

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

	Saldo em 31.12.2019	Saldo em 31.12.2018
Outros ativos financeiros	0,00	0,00
Fundos de Compensação do Trabalho (FCT)	544,47	404,88
TOTAL	544,47	404,88

O saldo registado na conta de "investimentos financeiros" está relacionado com os fundos de compensação, regime instituído pela Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, que entrou em vigor a partir do dia 1 de outubro de 2013, e que abrange os trabalhadores admitidos após esta data.

A entidade empregadora é, nos termos do Código do Trabalho, responsável pelo pagamento aos seus trabalhadores da totalidade da compensação que estes tenham direito na sequência da cessação do respetivo contrato de trabalho. Neste contexto, é de esperar que, despedido o trabalhador, o empregador lhe pague aquele valor.

O regime dos fundos de compensação visam dar resposta às situações que não decorrem conforme previsto, ou seja, quando o empregador não paga, total ou parcialmente, ao trabalhador que despediu a compensação a que este tem direito.

Ao obrigar a entidade empregadora a constituir uma poupança específica para o pagamento das compensações a que os seus trabalhadores tenham direito em caso de despedimento e ao criar um mecanismo que assegure a cobertura do remanescente até perfazer 50% daquele montante, garante-se que o trabalhador despedido receberá, sempre, pelo menos metade do valor a que tem direito.

Sobre o valor reconhecido no Fundo Compensação Trabalho (FCT), no momento de cessação dos contratos de trabalho, poderá ser solicitado reembolso do saldo da conta de registo individualizado do trabalhador.

7 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações foram efetuadas pelo método da linha reta. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento Básico	4 a 20 anos
Equipamento Transporte	4 anos
Equipamento Administrativo	3 a 10 anos
Equipamentos Biológicos	-
Outros AFT	5 a 10 anos

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como as respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Em 31.12.17	Ativos fixos tangíveis	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Totais
	Quantias brutas escrituradas	0,00	38.983,91	8.854,69	49.714,43	30.728,87	0,00	2.393,51	0,00	130.675,41
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	(35.426,53)	(7.309,11)	(41.357,39)	(30.688,20)	0,00	(1.947,01)	0,00	(116.728,24)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	3.557,38	1.545,58	8.357,04	40,67	0,00	446,50	0,00	13.947,17
Adições		0,00	0,00	4.993,80	0,00	0,00	0,00	0,00		4.993,80
Revalorizações										0,00
Transferências		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Reclassificações de/para ativos não correntes detidos para venda										0,00
Alienações, sinistros e abates (Valor aquisição)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras alterações			0,00							0,00
Depreciações		0,00	(389,84)	(1.368,82)	(2.626,80)	(13,56)	0,00	(476,52)		(4.825,54)
Perdas por imparidade			331,80							331,80
Alienações, sinistros e abates (Depreciações acumuladas)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
	Quantias brutas escrituradas	0,00	38.983,91	13.848,49	49.714,43	30.728,87	0,00	2.393,51	0,00	135.669,21
Em 31.12.18	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	(35.484,57)	(8.677,93)	(43.984,19)	(30.701,76)	0,00	(2.373,53)	0,00	(121.221,98)

	Quantias líquidas escrituradas	0,00	3.499,34	5.170,56	5.730,24	27,11	0,00	19,98	0,00	14.447,23
Adições		0,00	0,00	2.022,12	0,00	0,00	0,00	0,00		2.022,12
Revalorizações										0,00
Transferências		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Reclassificações de/para ativos não correntes detidos para venda										0,00
Alienações, sinistros e abates (Valor aquisição)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Outras alterações										0,00
Depreciações		0,00	(306,89)	(1.402,09)	(2.626,80)	(27,11)	0,00	(20,00)		(4.382,89)
Perdas por Imparidade										0,00
Alienações, sinistros e abates (Depreciações acumuladas)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Quantias brutas escrituradas		0,00	38.983,91	15.870,61	49.714,43	30.728,87	0,00	2.393,51	0,00	137.691,33
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas		0,00	(35.791,46)	(10.080,02)	(46.610,99)	(30.728,87)	0,00	(2.393,53)	0,00	(125.604,87)
Quantias líquidas escrituradas		0,00	3.192,45	5.790,59	3.103,44	0,00	0,00	(0,02)	0,00	12.086,46

8 INVENTÁRIOS

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período

Quantias de inventários reconhecidas como o período	Período 2019			Período 2018		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Totais
Inventários no início do período (+)	0,00	316,22	316,22	0,00	438,15	438,15
Compras (+)	0,00	28.409,43	28.409,43	0,00	35.699,32	35.699,32
Devoluções de compras (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	(82,64)	(82,64)
Descontos e abatimentos em compras (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	(28,96)	(28,96)
Reclassificações e Regularizações (+/-)	0,00	1.145,35	1.145,35	0,00	1.008,41	1.008,41
Inventários no fim do período (-)	0,00	0,00	0,00	0,00	(316,22)	(316,22)
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas	0,00	29.871,00	29.871,00	0,00	36.718,06	36.718,06

Informação: a partir deste período, deixaram de ser elaborados inventários relativamente a artigos alimentares e produtos de limpeza, uma vez que o seu valor no final do ano é insignificante a partir do momento em que esta entidade deixou de fazer aquisições diretas desses artigos. Neste momento, a partir de 2019, a cozinha é assegurada por uma empresa externa.

9 RÉDITO

O reconhecimento do rédito exige que a respetiva quantia possa ser fiavelmente mensurada, que seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e que os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

Foram seguidas as seguintes políticas contabilísticas para o reconhecimento dos réditos:

Venda de bens

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido com a transferência para o comprador dos riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens e da respetiva gestão e controlo efetivo.

Prestação de Serviços	O rédito é reconhecido linearmente durante o período a que se reporta a prestação dos serviços. Quando possível, o rédito é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação e é determinado com uma das seguintes metodologias: i) vistorias do trabalho executado; ii) proporção dos serviços executados até à data face ao total dos serviços a serem executados; iii) proporção dos custos incorridos até à data nos custos totais estimados da transação.
Juros	O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.
Royalties	Segundo o regime de acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante.
Dividendos	Quando for estabelecido o direito do acionista receber o pagamento, que regra geral ocorre com a deliberação dos sócios da participada.

RÉDITOS OBTIDOS

Réditos obtidos	Réditos reconhecidos no período 2019	Réditos reconhecidos no período 2018	Variação em valor do rédito do ano face a réditos do período anterior	Variação em % do réditos do ano face a réditos do período anterior
Vendas				
Prestações de Serviços	38.005,50	44.647,00	-6.641,50	-15%
Rendimentos Suplementares	3.805,00	2.000,00	1.805,00	90%
Juros				
Dividendos				
Totais	41.810,50	46.647,00	(4.836,50)	-10,4%

VENDAS, PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E RENDIMENTOS SUPLEMENTARES POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Informação por mercado geográfico no ano 2019	Mercado Interno	Mercado Comunitário	Mercado Extracomunitário	Total
Vendas				
Prestações de Serviços	38.005,50			38.005,50
Rendimentos Suplementares	3.805,00			3.805,00
Totais	41.810,50	0,00	0,00	41.810,50

10 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando existe segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a eles associadas e de que os mesmos serão recebidos, nos seguintes termos:

Subsídios do Governo e Outros Apoios	Reconhecimento	
	Inicial	Subsequente
Ativos depreciables/amortizáveis		Reconhecidos como rendimentos na proporção das depreciações/amortizações dos ativos subsidiados, na conta "7883 Imputação subsídios para investimentos"
Subsídios relacionados com ativos	Sem qualquer futuro custo relacionado	Mantidos no capital próprio, exceto, se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade
Ativos não		

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no Balanço		Período 2018			
		Demonstração dos resultados		Balanço	
		Reconhecidas como subsídios à exploração	Imputadas em outros rendimentos e	Reconhecidas no capital próprio	Reconhecidas no passivo
Subsídios relacionados com ativos	FSS - SUBSÍDIO À AQUISIÇÃO DE VIATURA		1.000,00	(1.000,00)	
				0,00	
	Subtotais	0,00	1.000,00	(1.000,00)	0,00
Subsídios relacionados com resultados	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL - Subsídio p/ SAD	85.968,00			
	INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL - Cantina Social	9.342,50			
	CAMARA MUNICIPAL DA P. Lanhoso	3.000,00			
	BANCO ALIMENTAR - em espécie	1.008,41			
	SUBSÍDIO À FORMAÇÃO PROFISSIONAL -Proj.PONSE	36.698,22			
Não reembolsáveis					

	Subtotais	136.017,13	1.000,00	(1.000,00)	0,00	0,00
Reembolsáveis						
	Subtotais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais		136.017,13	1.000,00	(1.000,00)	0,00	0,00

OUTRAS INFORMAÇÕES EM SUBSÍDIOS DO GOVERNO E OUTROS APOIOS

11 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

A posição dos subsídios ao investimento em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 é a que se segue:

Subsídios ao investimento	APROVADO	Período 2019				Período 2018			
		Investimento efetuado	Subsídio a receber	Rédito por Reconhecer (início período)	Rédito do período	Regularização período	Rédito por Reconhecer (fim período)	Rédito por Reconhecer (início período)	Rédito do período
FSS - FUNDO SOCORRO SOCIAL		12.807,93	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00
Totais		12.807,93	4.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00

12 FUNDOS PATRIMONIAIS

FUNDOS

Em 31 de Dezembro de 2019 o fundo patrimonial regista o valor total de 2379,27 euros.

OUTRAS VARIAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos de outras variações no capital próprio apresentavam os seguintes saldos:

	2019	2018
Subsídios		
Doações		359,28
Alienação de um terreno que fora doado à entidade (Revalorizado)	10.368,92	

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DE FUNDOS PATRIMONIAIS

	Saldo em 31/12/2017	Movimentos em 2018		Saldo em 31/12/2018	Movimentos em 2019		Saldo em 31/12/2019
		Aumentos	Reduções		Aumentos	Reduções	
Fundos	2.379,27			2.379,27			2.379,27
Ações (quotas) próprias	0,00			0,00			0,00
Outras reservas	18.000,00			18.000,00			18.000,00
Resultados transitados	4.512,22	382,29		4.894,51	-10.946,59		-6.052,08

Excedentes de revalorização	10.368,92			10.368,92		-10.368,92	0,00
Outras variações no fundos patrimoniais	1.359,28			359,28		-359,28	0,00
Resultado líquido do exercício	382,29	-10.946,59	-382,29	-10.946,59	2.643,16	10.946,59	1.887,11
	37.001,98	-10.564,30	-382,29	25.055,39	2.643,16	-10.728,20	16.214,30

13 UTENTES / CLIENTES

As dívidas de Clientes e de Outros créditos a pagar encontram-se registadas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a conta de clientes apresentava a seguinte composição:

	Período 2019		Período 2018	
Utentes / Clientes conta corrente		2.495,00		2.535,00
Utentes / Clientes de cobrança duvidosa		0,00		0,00
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
	Saldo total de clientes		2.495,00	

14 INSTRUMENTOS FINANCEIROS / ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados: ao custo ou custo amortizado; ou ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

As categorias de ativos e passivos financeiros em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, com exceção de caixa e depósitos bancários (nota 4) são detalhadas conforme se segue:

	Descrição	2019			2018		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia Escriturada	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia Escriturada
Ativos Financeiros	Mensurado ao custo						
	Créditos a receber / Utentes	2.495,00	0,00	2.495,00	2.535,00	0,00	2.535,00
	Acionistas/sócios	0,00		0,00	0,00		0,00
	Devedores diversos	145,00		145,00	47.254,97		47.254,97
	Outros ativos correntes	1.069,20		1.069,20	0,00		0,00
	Outros créditos a receber	924,20	0,00	924,20	24.300,00		24.300,00
Ativos Financeiros	Mensurados ao justo valor através resultados						
	Ativos financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00		0,00
	Outros ativos financeiros	0,00		0,00	114,69		114,69

Mensurado ao custo					
Passivos Financeiros	Fornecedores	3.245,79	0,00	3.245,79	9.414,55
	Adiantamentos de clientes	0,00		0,00	0,00
	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/me	0,00	0,00	0,00	0,00
	Financiamentos obtidos	0,00		0,00	0,00
	Credores por acréscimo de gastos			10.321,78	10.226,65
	Outros passivos correntes	5.434,97	0,00	5.434,97	26.806,25
Mensurados ao justo valor através resultados					
	Passivos Financeiros detidos para negociação	0,00		0,00	0,00
	Outros Passivos Financeiros	0,00		0,00	0,00

15 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

		2019		2018	
Diferimentos		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativo	GASTOS A RECONHECER	714,31	0,00	643,89	0,00
	Juros suportados				
	Rendas pagas				
	Seguros	714,31		609,01	
	Outros gastos a reconhecer			34,88	
Passivo	RENDIMENTOS A RECONHECER	0,00	0,00	40.671,15	0,00
	Subsídios				
	Outros rendimentos a reconhecer			40.671,15	

16 DEVEDORES E CREDORES POR ACRÉSCIMOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte composição:

		2019		2018	
Diferimentos		Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Ativo	DEVEDORES POR ACRÉSCIMOS DE RENDIMENTOS				
	Juros a receber				
	Rendas a receber				
	Outros acréscimos de rendimentos				
Passivo	CREDORES POR ACRÉSCIMOS DE GASTOS	10.321,78		10.226,65	
	Prémios de seguros a liquidar				
	Remunerações a liquidar	10.141,78		9.502,71	
	Juros a liquidar				

Outros acréscimos de gastos	180,00	723,94
-----------------------------	--------	--------

17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de estado e outros entes públicos apresentava a seguinte composição:

	2019		2018	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
Impostos sobre o rendimento				
Impostos sobre o valor acrescentado			1.977,27	
Retenção na fonte		90,00		159,00
Contribuições para a segurança social		1.339,80		1.367,55
Totais	0,00	1.429,80	1.977,27	1.526,55

18 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de fornecimentos e serviços externos nos períodos de 2019 e 2018 é detalhada com se como segue:

	2019	2018	Varição em %
Subcontratos	3.337,10	5.951,24	-43,93%
Serviços especializados	13.648,18	14.925,21	-8,56%
Materials	1.180,00	2.000,11	-41,00%
Energia e fluidos	10.610,00	13.515,88	-21,50%
Deslocações, estadas e transportes	2.348,94	1.932,21	21,57%
Serviços diversos	2.441,94	4.972,77	-50,89%
Totais	33.566,16	43.297,42	-22,48%

19 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gasto da entidade no período em que os correspondentes serviços são prestados. O direito às férias e subsídio de férias dos empregados vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por contrapartida de outras contas a pagar.

A rubrica de gastos com o pessoal nos períodos findos de 2019 e 2018 é detalhada conforme se segue:

	2019	2018
Remunerações dos membros dos órgãos Sociais		
Remunerações do pessoal	61.680,13	58.911,51
Encargos sobre as remunerações	12.968,05	12.356,53
Seguro Acidentes no trabalho e doenças profissionais	983,05	728,38
Gastos de ação social		
Outros gastos com pessoal	102,99	34,63

Totais	75.734,22	72.031,05
--------	-----------	-----------

O número médio de colaboradores no período 2019 foi de 7 e no período 2018 foi de 6.

Em relação ao pessoal ao serviço e respectivas horas trabalhadas em 2019, a Centro Social e Paroquial de Monsul registou os seguintes valores:

	N.º de Pessoas	Horas Trabalhadas
--	----------------	-------------------

PESSOAL POR REMUNERAÇÃO:

Pessoal remunerado	7	12.300
Pessoal não remunerado		

PESSOAL POR SEXO:

Homens	7	12.300
Mulheres		

PESSOAL POR HORÁRIO DE TRABALHO

Pessoal ao serviço a tempo completo	6	11.700
Pessoal ao serviço a tempo parcial	1	600

OUTRO DADOS DE PESSOAL:

I&D - Pessoal em Atividade I&D		
Prestadores de Serviços		
Colocado através Agências Trabalho Temporário		

43

20 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A composição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos períodos de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	Período 2019	Período 2018
Rendimentos suplementares	3.805,00	2.000,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	3,44	
Recuperação de dívidas a receber		
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	10.000,00	
Outros	2.581,91	2.977,25
Outros rendimentos e ganhos financeiros		
Totais	16.390,35	4.977,25

21 OUTROS GASTOS E PERDAS

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos períodos de 2019 e 2018 é conforme se segue:

	Período 2019	Período 2018
Impostos	173,69	37,60
Outros gastos e perdas	1.958,45	39.678,30
Outros juros e perdas financeiros		
Totais	2.132,14	39.715,90

Segue o detalhe de outros gastos e perdas referidos no quadro anterior nos períodos de 2019 e 2018:

	Período 2019	Período 2018
Correções de períodos anteriores	1.843,63	2.979,33
Donativo		
Quotizações	110,00	
Outras não especificadas	4,82	36.698,97
Totais	1.958,45	39.678,30

22 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2019 foram aprovadas pela e autorizadas para emissão no dia 9 de março de 2020. Contudo estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral, nos termos da legislação em vigor.

Após a data do balanço não houve conhecimento de eventos ocorridos que afetem o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do período ou influenciem a sua apreciação.

23 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Informação requerida pelo artigo n.º 210º do Código Contributivo:

A informa que no final do período de 2019 esta entidade tinha a sua situação regularizada perante a Segurança Social.

Informação requerida no art.º 2º do Decreto-Lei n.º 534/80 de 7 de Novembro:

A Direção informa que no final do período de 2019 esta entidade tinha a sua situação regularizada perante o Estado.

24 OUTRAS INFORMAÇÕES

Proposta de aplicação dos resultados

Conforme proposta que consta do Relatório de gestão, os resultados do período de 2019, no montante global positivo de 1887,11 euros, tenham a seguinte aplicação:

Reserva Legal	
Reserva Livre	
Dividendos	
Resultados Transitados	1.887,11

Póvoa de Lanhoso, 9 de março de 2020

A DIREÇÃO

Contabilista Certificado